

SELEÇÃO  
DE  
TEXTOS

4

Jun. 1978

S U M Á R I O

Milton Santos

Espaço e Dominação

D. F. Maza Zavala

População e Recursos Natu-  
rais: Limites Estruturais  
e o Paradoxo da Tecnologia

associação  
dos geógrafos  
brasileiros

agb  
são paulo

## SELEÇÃO DE TEXTOS

Destina-se à publicação de trabalhos originais ou transcrições de textos, com finalidade didático-científica.

É organizada e editada pela  
Diretoria de Publicações da  
Associação dos Geógrafos Brasileiros,  
Seção Regional de São Paulo.

Direção: J. M. de Gusmão Pinto

Comissão Redatorial: Ana Fani Alessandri Carlos  
Armen Mamigonian  
José Antonio Ronchesel  
Maria Alice Ferraz Abdala  
Myrna T. Rego Viana  
Paulo Nakashima

Direitos reservados.

*DISTRIBUIÇÃO INTERNA*

## COMUNICADO

Caros leitores, associados e amigos da AGB

No momento em que termina a gestão da atual diretoria da AGB-SRSP, é uma grande satisfação para nós entregar-lhes mais este número da Seleção de Textos.

Lamentamos, porém, que tenhamos interrompido as publicações de nossa Associação, no que diz respeito, principalmente, ao Boletim Paulista de Geografia. Há mais de dois anos estabelecemos uma política editorial que visava transformar o BPG numa publicação "dinâmica e atualizada", de periodicidade mais constante. Neste sentido, chegamos a organizar seis números do nosso Boletim, do 52 ao 57. Contudo, só nos foi possível publicar os três primeiros.

Em dezembro de 1977, nossa programação apresentava um certo atraso já que o BPG nº 54 (número especial sobre "teoria e método") encontrava-se no prelo e o nº 55 ainda não fora encaminhado à gráfica.

Em janeiro de 1978, a nova diretoria da FFLCH da USP suspendeu a colaboração que aquela Faculdade vinha prestando à nossa Associação já há alguns anos. Tal ajuda representava uma parcela das despesas efetuadas com a publicação de cada um dos números do BPG, visto que nos era permitido a utilização dos serviços da Seção Gráfica daquela Faculdade.

Extra-oficialmente tomamos conhecimento da constituição de uma nova "Comissão de Publicações" da Faculdade, cujo objetivo seria o de estudar a situação, indicando à Direção que periódicos deveriam receber contribuições da Faculdade. Fazem parte desta Comissão sete professores, representando todos os departamentos da Faculdade sendo representante do Departamento de Geografia o Prof. Carlos Augusto Figueiredo Monteiro. Seus trabalhos estão em andamento, não se tendo ainda informações definitivas.

A Diretoria da AGB-SRSP empenha-se em solucionar todas essas dificuldades, o mais breve possível. Neste sentido, esperamos continuar contando com a valiosa colaboração de nossos associados e amigos, aos quais apresentamos nossas desculpas, submetendo nosso trabalho, como de costume, ao debate e à crítica.

A Comissão Redatorial

## ESPAÇO E DOMINAÇÃO\*

*Nilson Santos*

"A história nada mais é que a transformação permanente da natureza do homem", escrevia Marx em *La pauvreté de la philosophie* (1963:147). O mesmo poderíamos dizer da história do espaço produtivo. Segundo Barnes (1963:XVI), a história nos ensina "como a praxis humana está inscrita no prático-inerte".<sup>1</sup>

Ela começa pelo homem "local", senhor e prisioneiro de uma área limitada. Na aurora dos tempos históricos, o homem depende diretamente do espaço circundante para a reprodução de sua vida. Para sobreviver, é preciso que ele conheça seus segredos. É assim que as primeiras técnicas — invenção do homem local — foram elaboradas no contato íntimo com a natureza.

O desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de produção muda os dados do problema. O aparecimento do sistema capitalista leva a um aprofundamento da divisão do trabalho, tanto social quanto geográfica, que separa o homem dos meios de produção, cuja propriedade escapa cada vez mais ao produtor direto para se concentrar nas mãos dos detentores do capital.

Pode-se discordar de Schumpeter (1943:116-117) quando ele atribui apenas ao sistema capitalista a necessidade de mudanças permanentes, enquanto uma economia socialista ou uma economia feudal permaneceriam estacionárias; mas não podemos senão aceitar sua afirmação segundo a qual a expressão "capitalismo estacionário" contém uma contradição em si mesma.

No começo do período capitalista, os modelos de utili-

\* Traduzido de *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº 2, 1975, por uma equipe de tradutores da AGB-SRSP.

zação dos recursos são ainda múltiplos, mesmo em escala mundial. À medida que o capitalismo se desenvolve, o número dos modelos se reduz, e a margem de escolha torna-se cada vez mais estreita. Depois da Segunda Guerra Mundial, com a instauração do capitalismo tecnológico, não se pode mais falar numa escolha: um único modelo (de tecnologia, de organização, de utilização do capital, etc.) se impõe. Sem dúvida, esse modelo se afirma de modo diferente segundo o nível das forças produtivas de cada país, mas predomina em toda parte. Somente a China, que fez sua revolução paralelamente, poderia escapar disso.

Atualmente, as relações entre as sociedades e seu espaço-suporte não têm mais um caráter privilegiado, mas dependem de uma determinação externa, que domina esse espaço-suporte, a orientação de sua produção e o destino dos seus habitantes.

No último quartel do século, estamos assistindo a uma aceleração das mudanças. Cada vez mais o homem se vê obrigado a utilizar técnicas que não criou, para produzir para outros aquilo de que ele não tem necessidade ou meios para utilizar. Em decorrência dessa passagem de uma multiplicidade de técnicas locais, espontaneamente geradas, para uma tecnologia imposta em escala mundial, também o homem muda. Deixa de ser um homem "local" para tornar-se um homem "mundial".<sup>2</sup> A escala do lugar não é mais a das decisões que lhe dizem respeito. Os espaços aparecem cada vez mais como diferenciados por suas trocas em capital, pelo produto que criam e o lucro que engendram, e no final das contas pelo seu desigual poder de atrair capital. Como o homem, o espaço foi mundializado. O capital — por suas possibilidades de localização e suas necessidades de reprodução — torna-se intermediário entre um homem sem posses e um espaço alienado.

Portanto, é tempo de se colocar a questão do conteúdo dessa "dominação espacial", para saber se podemos continuar a falar de uma dominação de um espaço, enquanto tal, sobre outro. A resposta só poderá vir da análise das diferenças a tuais entre espaços e da dinâmica de suas inter-relações.<sup>3</sup> Trata-se, portanto, de procurar o princípio que rege as transformações das estruturas do espaço.

#### OS ESPAÇOS AGRÍCOLAS

A diferenciação do espaço agrícola devida às virtualidades naturais e às técnicas utilizadas pelos grupos humanos é um dado que, excetuando alguns recantos do planeta, pertence agora à história. A esta diferenciação "espontânea", resultado de uma dinâmica interna às sociedades, sucedeu em toda parte uma diferenciação especulativa do espaço.

O fenômeno é facilmente verificável, por exemplo, quando da introdução de uma agricultura comercial em regiões de economia de subsistência. Os primeiros movimentos de capitais e de homens que acompanham a instalação da nova atividade desencadeiam uma série de outros movimentos que conduzem a uma redistribuição da população e dos capitais dispostos em níveis em espaços mais amplos, que se tornam desde então sô lidários. Assim, na África do Leste, a introdução das culturas do café e do sisal provocaram a acumulação dos investimentos em postos privilegiados do espaço, enquanto certas regiões se encarregaram da produção de alimentos e outras do fornecimento de mão-de-obra (OLIECH, 1974). Os equilíbrios regionais foram rompidos, e as partes do espaço que viviam segundo uma dinâmica própria participam agora de um sistema mais amplo cuja direção escapa às sociedades locais.

Este exemplo possui um valor geral, embora os graus de complexidade sejam variáveis. Ele permite reconhecer a penetração do capital no campo e a transformação dos produtos em mercadorias, conduzindo a uma diferenciação especulativa acompanhada de uma especialização mercantil. Daí as diferenças de "valor" entre espaços agrícolas, resultante de uma nova redistribuição do capital disponível.

Os capitais necessários à empresa agrícola podem ser esquematicamente classificados em: capitais fixos empregados para a criação de uma infra-estrutura de uso coletivo (pelo menos teoricamente); capitais fixos destinados a criar ou renovar os meios de produção; capitais variáveis, aplicados seja na esfera da produção, seja na esfera da distribuição e da comercialização. O capital fixo "inerte", isto é, as infra-estruturas, é uma condição necessária à reprodução do capital "vivo", representado pelas forças de produção (capital constante e capital variável da firma). A combinação desses fatores é o fundamento das diferenças observadas entre zonas agrícolas, tendo-se em conta a produção interessada, e está na origem das flutuações de importância (ou de "valor") das áreas de produção agrícola, geradoras de outras disparidades.

A intensificação do capital fixo "inerte" (infra-estruturas) no campo pode provocar um movimento análogo por parte do capital fixo "produtivo", mas não tem relação de causa e efeito. O nordeste do Brasil foi cortado por milhares de quilômetros de estradas desde os anos trinta, no quadro de uma política de luta contra os efeitos devastadores da seca. Mas foi somente após mais de duas décadas que essas vias tiveram uma participação propriamente econômica. Condição da introdução de plantas comerciais como o sisal e o rícino, elas foram incorporadas a um espaço produtivo que por si mesmas não eram capazes de criar.

Ao contrário, a intensificação do capital vivo (criação de novas atividades) é sempre um meio de forçar a criação

ção de infra-estruturas. Nas circunstâncias atuais, uma nova atividade só é introduzida se assegurada por um mercado e se se presume que ela ofereça taxas de lucro elevadas para o capital empregado. Como a política econômica dos Estados é comandada pela ideologia do crescimento, esta growthmania que foi ridicularizada por Mishan (1967:3-8), parece inteiramente normal aos poderes públicos conceder recursos suplementares às zonas onde o capital se acumula mais rapidamente. Não se leva em consideração que a mais-valia pode abandonar a região e o país. O importante é o resultado estatístico, o famoso crescimento do produto nacional bruto.

O espaço agrícola é, seletivamente, o receptáculo de dois tipos de capital: um capital novo, valorizado, que escolhe lugares privilegiados ou, ajudado pelo Estado, pode se reproduzir cada vez mais rapidamente, e um capital desvalorizado, velho, que deve se refugiar em atividades menos rentáveis, desvantajosas, além do mais, face à má qualidade ou mesmo à inexistência das infra-estruturas. Se analisarmos as estatísticas referentes à construção de estradas, constatamos uma progressão mais rápida das estradas de boa qualidade que ligam os grandes centros e as zonas de produção capitalista, ao invés de ligações regionais e locais e caminhos vicinais. A exceção é dada pelos países pobres que iniciaram tardiamente seu equipamento rodoviário ou pelos Estados que adotaram deliberadamente uma política não capitalista.<sup>6</sup> Com efeito, a melhoria nas vias de comunicação modifica o valor das terras, e aqueles que podem pagar mais caro são obrigados a uma despesa de capital fixo elevada, que provoca uma nova valorização do espaço.

É por isso que em certas regiões a atividade agrícola se torna privilégio dos detentores de grandes capitais ou daqueles que têm acesso ao crédito. Com efeito, a tendência é antes a do conluio entre capitais bancários e capitais financeiros, podendo estes ser absorvidos pelos primeiros, quando deles não procedem. Os capitais manipulados pelos bancos, capitais baratos, tornam efetiva uma taxa de lucro mais elevada, por sua participação em mecanismos financeiros internos ao seu grupo que permitem uma contabilidade com um dos custos.

Dai a criação de monopólios agrícolas, que pela aplicação intensiva de capital, acabam por converter a agricultura em um ramo da indústria (MAZA ZAVALA, 1974:90). Assim, "é o excedente industrial que dá uma significação ao excedente agrícola" (PALLOIX, 1971:238), mas também o excedente obtido nas atividades de transporte, de armazenamento e de comercialização.

O campo conhece assim taxas de lucro extremamente diferentes, sendo que umas podem ser comparadas às obtidas nos ramos mais dinâmicos do setor secundário, enquanto outras

são, antes, negativas. Como a modernização é acompanhada por uma tendência à concentração da propriedade e da comercialização, existe uma verdadeira fabricação de marginais,<sup>7</sup> enquanto os capitais propriamente agrícolas se desvalorizam mais rapidamente, face às diferenças extremas de condições oferecidas à sua reprodução. As empresas agrícolas ligadas ao grande capital defendem-se melhor das oscilações dos preços, mas as demais enfraquecem ou mesmo desaparecem, e os custos de produção estão em aumento constante, enquanto as taxas de lucro são extremamente variáveis.

O espaço agrícola é, pois, marcado por desigualdades gritantes: de um lado, as explorações agroindustriais, quase sempre presas ao mercado mundial e ligadas, direta ou indiretamente, aos capitais internacionais; por outro lado, pequenas explorações que funcionam à base do trabalho humano e de um capital variável fraco, muitas vezes obtido através de empréstimos usurários. Entre os dois, toda uma gama de explorações que combinam de modos múltiplos as frações de capital e de trabalho.

Quanto mais desenvolvidas forem as forças produtivas de um país, maior é a tendência de desaparecimento das pequenas explorações agrícolas, a menos que uma política de acordo internacional, com a sustentação do Estado, seja posta em prática. Mas isso só é possível nos países desenvolvidos. A política agrícola do mercado comum europeu, com todas as suas dificuldades e vantagens, é disso um exemplo.

#### ESPECIALIZAÇÃO E ALIENAÇÃO ESPACIAIS

A especialização espacial impõe uma intensificação dos atos de comércio — de um comércio feito à distância — acompanhada pelo reforço e expansão do aparelho bancário, parabancário, comercial e administrativo, assim como pelos meios de armazenamento e transporte. A urbanização é um de seus resultados. As atividades intermediárias, abrigadas pelas cidades, tornam-se o nervo essencial de uma economia cada vez mais capitalista e monetarizada, porque sem a circulação dos bens não há circulação do excedente.

As zonas de produção com forte intensidade de capital distorcem em seu favor a utilização dos meios de transporte. Podem pagar mais por unidade de tempo, distância, volume ou peso. Se há coincidência dos períodos de comercialização de produtos de diferentes valores de mercado, são os mais caros que têm prioridade<sup>8</sup>, com perdas cada vez maiores para os demais, pois o parque de veículos de transporte é sempre nitidamente inferior às necessidades globais, e por si só o transporte não é uma mercadoria estocável.

A obrigação de passar por intermediários cada vez mais numerosos e exigentes acarreta por parte dos utilizadores — que vêm agora de todos os setores produtivos — uma necessidade maior de capital circulante.

O capital torna-se mais caro, pois, como J. Robinson (1971:60) já notara, "quando o comércio de desenvolve... as taxas de juros aumentam, a menos que haja um aumento da quantidade de moeda". Mas, tanto numa como noutra circunstância, os ganhadores são os melhor providos em capital ou em crédito. A intensificação das trocas traz como resultado uma desvalorização de certas atividades em favor de outras, novas ou já instaladas.

A diferença entre valor de uso e valor de troca tende a aumentar. O processo de produção conhece uma separação total entre o uso — que não tem relevância direta — e o comércio e a acumulação — que é o objetivo direto da produção (HOBSBAWN, 1964:14). Para manter-se competitivo, ou pelo menos em atividade, uma nova intensificação do capital é por vezes necessária. E isto representa um novo re-arranjo espacial das atividades, encaminhando-se o capital na direção de atividades suscetíveis de assegurar, em novas condições, uma taxa de lucro mais elevada.

Assim como a "divisão social do trabalho engendra a valorização do capital total à escala da sociedade" (GRANOU, 1973:828), a especialização geográfica da produção é responsável por uma massificação do capital que tende a aumentar as taxas de lucro e a reduzir o valor do trabalho, com novas repercussões sobre o capital total e sua distribuição no espaço total.

Como a especialização desloca o mercado para uma escala espacial superior, pode-se falar tanto de uma alienação regional quanto de uma alienação do homem-produtor.<sup>9</sup>

#### RELAÇÕES CIDADE-CAMPO NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

A especialização regional se repete numa especialização urbana. Quando as regiões produzem mais para vender que para consumir, elas têm cada vez mais necessidade de comprar. A troca se faz pelas cidades. Mas a massificação do capital empregado em certas áreas, as novas necessidades de fornecimento intermediário e serviços de toda ordem, a necessidade de estar relacionado com um mercado de capitais desenvolvido e com níveis elevados de administração provocam um verdadeiro curto-circuito nas cidades locais e intermediárias da região em favor da metrópole, qualquer que seja a distância.<sup>10</sup> O fenômeno das macrocefalias (primacy) vem em parte daí. A concentração da atividade econômica e da população em algumas cidades — com mais frequência numa só — nada tem em comum com a expansão conhecida pelas cida-

des intermediárias. Há assim uma redistribuição das atividades na rede urbana (urban system), com o açambarcamento, pela metrópole, das principais e mais remuneradoras. Trata-se portanto, no campo, de uma especialização horizontal; na rede urbana, trata-se de uma especialização vertical. É por isso que se fala frequentemente de uma dominação do espaço por uma metrópole, sendo que as outras cidades não passam de elos. Em que medida correspondente isto à realidade?

Pode-se pensar que a idéia de um antagonismo entre o mundo urbano e o mundo rural — hoje tranquilamente aceita por autores inspirados nas mais discordantes ideologias — é uma herança dos escritos de Marx e Engels. Esta noção, com efeito, acha-se presente em toda a obra dos fundadores do marxismo, e eles a aplicaram em todos os períodos históricos, inclusive o deles. "O antagonismo entre cidade e campo começa com a transição do barbarismo para a civilização, da tribo para o Estado, da localidade para a nação, e mantém-se durante toda a história da civilização, até nossos dias" (MARX e ENGELS, 1947:43).

O advento da grande indústria "completou a vitória da cidade comercial sobre sua periferia" (MARX e ENGELS, 1947:57).<sup>11</sup> Sempre segundo Marx e Engels (1947:8), isso se explica pelo fato de que "a divisão do trabalho no interior de uma nação conduz inicialmente à separação entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, para chegar à separação entre cidade e campo numa oposição de interesse".

Tais noções, que encontramos sob diferentes apresentações entre autores marxistas e não marxistas, dominaram e dominam ainda a interpretação das relações cidade-campo. A idéia de primacy, a noção de polo-periferia, a ótica segundo a qual as cidades se nutrem da renda fundiária, a teoria da troca desigual aplicada ao contexto nacional (AMIN, 1973) como se houvesse uma colonização interior, seguem a mesma filiação.<sup>12</sup> Poderíamos resumir sucintamente esses argumentos da seguinte maneira: a grande cidade domina o principal da atividade e o melhor dos recursos humanos do país; logo, ela é responsável pelo atraso das outras cidades e pelo atraso do mundo rural que ela explora em seu proveito.

No entanto, um exame mais escrupuloso das relações cidade-campo, atualmente, deveria conduzir a outras conclusões. Nos países desenvolvidos, a questão não é mais a de uma diferença gritante entre cidade-campo, pois a acessibilidade aos serviços é possível para todos. Dá-se o mesmo em certas zonas privilegiadas nos países em desenvolvimento, sobretudo nas regiões polarizadas segundo a definição de Boudeville (1964:11-13), isto é, nas áreas em torno das grandes metrópoles econômicas onde os fluxos de toda ordem são multilaterais (como em São Paulo ou Buenos Aires, e mesmo Rio de Janeiro, Caracas ou Cidade do México). É preciso i-

gualmente levar em conta que a contradição cidade-campo, no que concerne à densidade do capital ou aos níveis de vida, torna-se relativa desde que o mundo rural acolheu explorações modernas, frequentemente sob formas monopolísticas ou de enclaves, enquanto a cidade é também o lugar de concentração da pobreza. É por isso que ainda se fala da "ruralização da cidade", como o fez Marx há mais de um século (1964:78).

Com efeito, quanto mais as forças produtivas são desenvolvidas, mais encontramos agricultores e mesmo operários agrícolas com rendas reais superiores às de um grande número de urbanos, tanto nos países desenvolvidos quanto nas regiões mais evoluídas dos países subdesenvolvidos.<sup>13</sup> Enfim, como observou D. Harvey (1973:226), a extração do excedente nem sempre implica o nascimento da urbanização. Doutra forma, como explicar as explorações minerais e as cidades industriais?

O antagonismo cidade/campo, apresentado como um simples modelo de dominação e de exploração, escamoteia pois as realidades e desloca a essência do problema. Com efeito, mesmo que haja dominação e exploração no interior do mundo rural, existe também exploração e dominação no interior da cidade: exploração e dominação de indústrias complexas (grupos multifábricas e multi-ramos) sobre outros fabricantes, como os subarrematantes, cuja existência, condicionada pela demanda das grandes firmas, é um elemento fundamental do aumento de seu lucro; dominação das atividades do circuito superior sobre as do circuito inferior; exploração crescente dos operários pela fábrica, na medida em que a remuneração do trabalho necessário diminui em relação ao aumento da produtividade. Não poderíamos esquecer a dominação sobre o consumidor, empregado ou desempregado, condicionado pela publicidade lancinante.

Existe sem dúvida uma dicotomia entre cidade e campo, consequência da seletividade das variáveis estruturantes do espaço, que está em favor da cidade. Certos autores<sup>14</sup> falam de um dualismo geográfico entre cidade e campo ou entre cidades de diferentes tamanhos, como se o espaço nacional não existisse e não funcionasse como um sistema integrado.

Essa dicotomia, representada no começo do capitalismo por uma divisão do trabalho que reservava à cidade as tarefas intelectuais e ao campo as tarefas manuais<sup>15</sup>, exprime - se agora pelo fato de que a cidade é no espaço nacional, o único subespaço onde se reúnem as condições para uma reprodução mais acentuada do capital, graças à presença de complexos industriais e serviços que asseguram a multiplicação financeira e a multiplicação tecnológica. As cidades multifuncionais ou metrópoles econômicas conhecem essas duas formas de aceleração da reprodução do capital, enquanto as cidades industriais só conhecem a segunda.

No entanto, se é verdade que a cidade age como uma bomba que aspira o excedente gerado no interior<sup>16</sup>, seria exagerado pensar que a cidade o faz inteiramente em seu proveito e que ela esteja em condições de comandar a redistribuição espacial do excedente. A urbanização capitalista é o resultado da especialização capitalista do espaço total, mas não forçosamente a condição suficiente para reproduzir esta especialização no interior do país. Esta é no mais das vezes comandada direta ou indiretamente por forças externas. Foi o que observou I. Buchanan (1972:120) em relação a Singapura, onde a estrutura do capital internacional tem uma influência maior na maneira pela qual os recursos domésticos são utilizados.

Se a cidade tem sempre um poder de atração sobre o excedente engendrado no conjunto do território, ela não o faz por sua própria conta, nem para o reter, mas funciona antes de tudo como um elo do sistema econômico e financeiro mundial. O que lhe fica é justamente o indispensável que alimenta a máquina para que ela possa executar suas funções de elo. Portanto, atribuir à cidade a ruína das regiões e do país, como vimos ainda recentemente na interpretação de R. Murphey (1972:254-255) em relação à Índia, parece-nos errôneo. Falar da apropriação do excedente em favor das metrópoles (nacionais e estrangeiras) pelos satélites de diferentes ordens na hierarquia das cidades de um país (GUNDER FRANK, 1968:42), pode dar lugar a ambigüidades se não se explicitar que a exploração fundamental se situa ao nível das metrópoles mundiais<sup>17</sup>, como o fez, por exemplo, C. Palloix (1971:201-205).

#### ESPAÇO E DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

O capital, como já vimos, não se distribui uniformemente em todo um país ou região<sup>18</sup>. Para interpretar corretamente esse aspecto das desigualdades geográficas, a análise espacial deve ter como ponto de partida o capital global existente na formação sócio-econômica por excelência - o Estado-Nação. Como o capital global é formado de frações complementares, estas serão consideradas enquanto categorias analíticas (capital diretamente produtivo ou não, capital valorizado e desvalorizado, capital constante e capital variável, capital público e privado, etc.).

A distribuição geográfica do capital e a organização espacial que daí resulta passam sempre por uma dialética entre as diversas frações do capital. Mas a dialética essencial se situa entre as formas complexas e as formas elementares de uso do capital, ou melhor, entre atividades com alto coeficiente de capital e atividades com alto coeficiente de mão-de-obra. Quando se diz que a tendência do capital é im-

por-se sobre todo o território (CALABI e INDOVINA, 1973), é preciso acrescentar que se trata sobretudo do grande capital — os capitais novos — e isto direta ou indiretamente, seja através da produção, da distribuição ou do consumo.

A abertura das diversas regiões para a entrada de capital novo é variável. De modo geral, as resistências se enfraquecem com a elevação do nível de desenvolvimento das forças produtivas. Diz-se com razão que há um "crescimento" quando a mudança se acelera. Ora, essas mudanças, exigindo capitais cada vez mais maciços e novos, são um convite à introdução do capital estrangeiro na região e, portanto, no país.

Os grandes capitais, representados essencialmente por corporações e firmas multinacionais, obedecem a uma lógica que é por sua vez internacional em virtude de sua irradiação geográfica, e interna aos grupos financeiros que estão em situação de concorrência. As localizações no interior de um país obedecem à regra do maior lucro, mas na escolha dos países as preocupações de segurança do investimento não estão ausentes. Os países considerados politicamente estáveis atraem mais os grandes capitais.

O objetivo final é, em todos os sentidos, o aumento do lucro e a extração de uma taxa máxima de excedente. Se as firmas multinacionais transferem atualmente seus investimentos para o Terceiro Mundo, isto se deve à baixa taxa de lucro nos países capitalistas centrais.

Os grandes capitais aplicam-se às atividades manufatureiras mais rentáveis nas grandes cidades, mas criam igualmente enclaves de todo tipo (industriais, minerais, agrícolas, turísticos, etc.), assim como grandes zonas de produção de inputs para abastecer a preços baratos as indústrias do grupo.

Lösch escreveu que todas as localizações interferem umas com as outras. Isto é ainda mais verdadeiro no caso de grandes capitais. A falta de um plano conjunto por parte das empresas multinacionais levam à repartição de um país em múltiplas esferas de influência que se entrecruzam de modo anárquico e provocam assim a mudança das estruturas espaciais pré-existentes, sem que o Estado possa realmente controlar sua evolução.

#### A MAIS-VALIA NO ESPAÇO

As possibilidades de retenção de uma parte do excedente e sua redistribuição parecem maiores em certos pontos do espaço que em outros. Uma zona agrícola formada por proprietários médios que se dedicam a uma agricultura lucrativa po-

de significar um nível de vida mais elevado do que para os pequenos agricultores ou assalariados agrícolas. A urbanização rápida da Argentina, desde o fim do século passado, explica-se em parte pela demanda de produtos nobres por parte de uma população rural com poder aquisitivo elevado. As possibilidades de industrialização do Estado de São Paulo têm seu fundamento em motivos semelhantes.

Entretanto, a modernização agrícola não é por si só garantia de uma distribuição do excedente, a não ser que haja uma mudança na estrutura sócio-econômica (MILTON SANTOS, 1975). No México, onde a introdução da "revolução verde" estimulou a difusão da irrigação, da mecanização e do crédito, conheceu-se um aumento da produtividade e da produção total dos agricultores (o output cresceu no ritmo de 5% ao ano), enquanto as desigualdades de renda e a pobreza aumentaram (SHAW, 1973:178).

De maneira geral, o excedente tende a deixar o campo onde os custos de comercialização se somam à especulação. A ordem de possibilidades de retenção social do excedente parece estabelecer-se a partir da cidade em relação ao campo, da cidade multifuncional em relação ao enclave, da metrópole econômica em relação às cidades intermediárias ou aos centros locais. Quanto maior é a complexidade das atividades, mais o excedente se reproduz localmente. Entretanto, sua reutilização é seletiva, tanto no que respeita aos indivíduos quanto às firmas. A redistribuição é apenas aparente, ou em todo caso provisória. O excedente remonta sob forma de consumo ou sob forma de poupança, às firmas mais poderosas, por intermédio de canais institucionais e não institucionais: bancos, fundos de investimento, cooperativas de construção de casas, intermediárias do comércio em diferentes níveis, etc., e vai reforçar com o dinheiro novo e barato a capacidade de investimento e acumulação das grandes empresas que assim se atribuirão como retorno a maior parte do excedente novo e acrescido por um efeito multiplicador de vido à sua própria estrutura.

A redistribuição do excedente socialmente produzido seria redefinida como fazendo parte do mecanismo de aceleração da circulação, da acumulação e da concentração do capital. Como as grandes empresas são total ou parcialmente estrangeiras, a população dos países subdesenvolvidos contribui para a acumulação capitalista em escala mundial, e sua porta em contrapartida um empobrecimento das camadas menos favorecidas, cujo acesso ao capital e ao trabalho permanente e bem remunerado se torna cada vez mais difícil.

Pode-se sem dúvida objetar que o Estado, por intermédio dos impostos, está guardando uma parte do excedente produzido e que pode por isso redistribuí-lo. Ora, o que constatamos quase sempre é a redução do que chamamos "benefícios", o "lucro" do Estado em relação aos lucros do setor

privado, cuja parte mais representativa vai para as firmas multinacionais. A interpretação das estatísticas deve toda via ir mais longe. Mesmo quando a parte que toca ao Estado está aumentando, é preciso analisar sua utilização. Em primeiro lugar, a modernização da economia exige do Estado o aumento e a sofisticação de seu aparelho burocrático. Assim, uma parte nada desprezível das despesas de funcionamento serve para favorecer o crescimento do setor privado, o que explica que certos Estados desenvolvidos não hesitem em "ajudar" os países pobres a pagar uma parte de suas despesas. Por outro lado, uma parte cada vez mais substancial do chamado orçamento de desenvolvimento vai para as infra-estruturas indispensáveis à atividade das firmas modernas, se não para a instalação de indústrias de base destinadas a fornecer inputs às firmas capitalistas.

Assim, o aumento do excedente em direção às grandes cidades dá a impressão de que estas exploram o campo e outras cidades, ao passo que a metrópole é o lugar onde esses mecanismos, que dependem da lógica do sistema capitalista, se realizam de modo autônomo. A cidade é uma condição necessária, mas não suficiente, de exploração, pois num outro sistema sócio-econômico ela pode tornar-se o lugar onde se dá a redistribuição, e não o confisco.

Seria uma generalização excessiva dizer que onde se instala o capital, o trabalho — ou seja, a mão-de-obra ocupada, subocupada e desocupada — tende igualmente a se concentrar. Mas isto é sem dúvida verdadeiro para as grandes cidades. No entanto, lugar de investimentos com altos coeficientes de capital, o emprego direto assim criado é al limitado. Os empregos indiretos são parcialmente criados no estrangeiro, e parcialmente ocupados por estrangeiros localmente. Mas a grande cidade associa outras atividades a esta função industrial moderna: funções de controle e distribuição ligadas ao território nacional, funções associadas à vida local. Como aí os salários são mais elevados, assim como, de maneira geral, os diferentes rendimentos, e como é mais fácil encontrar aí uma atividade que nas cidades intermediárias, as populações deslocadas do campo preferem se instalar na grande cidade.

Já descrevemos, aliás, esse fenômeno da "periferia no pólo" (SANTOS, 1975), comum às grandes cidades do países subdesenvolvidos. A "marginalidade" é aí um aspecto, com o "protoproletariado", segundo a fórmula de McGee (1973), que rompe com a rígida classificação marxista na burguesia, do proletariado e do lumpenproletariado (McGee, 1974:15). Outro aspecto é a criação de dois circuitos econômicos nas cidades. O resultado mais espetacular é, todavia, a segregação espacial da população, com a criação de enormes favélas. Essa segregação espacial responde às condições de apropriação do espaço por diferentes classes sociais e encontra uma de suas explicações na especulação fundiária, que é um

modo de tirar uma mais-valia dos terrenos urbanos, frequentemente valorizados por investimentos públicos.

#### RUMO A UMA LEI ESPACIAL DO VALOR ?

Seríamos, pois, tentados a falar de uma lei espacial do valor. A cada produto, em cada lugar, corresponde um preço cuja formação resulta de um jogo onde a totalidade das mercadorias participa. Mas o valor é uma forma — ele esconde os processos. "A forma valor é uma relação entre produtos mas também uma relação entre trabalhos (portanto, entre agentes desses trabalhos... enquanto "momentos" de um processo social de produção) (BETTELHEIM, 1970:1436). Esta relação é comandada pela repartição das frações do capital total e dos diversos segmentos de mão-de-obra total. Cada lugar, pelos modos de produção que abriga, torna-se assim capaz, num dado momento, de atribuir taxas de lucro específicas a cada fração do capital e de remunerar diferentemente também os diferentes segmentos de mão-de-obra empregada.

O espaço total se organiza, segundo Calabi e Indovina (1973:10), em função do processo produtivo, mas também em função da forma que o capital utiliza para realizar a mais-valia. Cada lugar é pois definido por uma combinação particular de modos de produção concretos, quer dizer, por uma forma particular da dialética entre as forças produtivas e as relações de produção. O "valor" do capital é também função de sua localização, mesmo que o capital possa, por sua vez, modificar o valor do lugar. Quanto aos homens, "eles não têm o mesmo valor nem as mesmas oportunidades (perspectivas de valor) segundo o lugar que ocupam no espaço" (SANTOS, 1975 a e b).

Todos esses mecanismos ultrapassam o quadro nacional. A criação da miséria, que define o preço das mercadorias e a rentabilidade dos capitais, é um fenômeno de escala mundial. Consequentemente, se quisermos verdadeiramente encontrar uma lei espacial do valor, é preciso pesquisá-la inicialmente no funcionamento da economia mundial e em seguida nas suas repercussões locais.

#### A DESALIAENAÇÃO DO ESPAÇO E DO HOMEM

Esse processo de dominação do homem através da dominação do espaço é irreversível? Pode-se imaginar uma organização do espaço que não fosse ditada por interesse do capital mas correspondesse às necessidades da sociedade?

Tender-se-ia então a uma redistribuição da renda real (HARVEY, 1973) ou a uma justiça territorial, para exprimir a expressão de B. Davies (1968).

As noções de disparidade e de dominação espacial deram lugar à elaboração de uma panóplia de teorias. A planificação regional em si mesma poderia ser definida como um esforço para catalogar desigualdades entre espaços e classificar as modalidades de diferenciação e dominação, seguido de uma tentativa de explicação que possa levar a uma solução prática. Esta apela mais frequentemente para a necessidade de acelerar o crescimento daquilo a que chamamos ainda produto regional, para a criação de empregos regionais, para o aumento regional da renda per capita. O remédio proposto compreende invariavelmente a injeção de capitais para provocar esse crescimento regional, indicado como o meio mais eficaz para diminuir ou apagar as desigualdades e a dominação territorial.

Os simpatizantes do modelo de equilíbrio sonham com uma solução espontânea que surgiria depois que o crescimento capitalista atingisse seu zênite. Reconhecendo que atualmente os fluxos de capitais partem das zonas de baixa produtividade em direção aos polos de crescimento, Friedmann (1963:49) pensa que, "para um processo de ajustamentos marginais sucessivos, um equilíbrio espacial se estabelece" e que assim "pode-se esperar uma convergência gradual nas taxas de lucro dos diferentes fatores de produção empregados em cada ponto do espaço".

Infelizmente, a evidência desmente tal afirmação. Em todo lugar a tendência é a concentração do capital, mesmo que, excepcionalmente, haja possibilidade de descentralizar um pouco a produção. Ora, o excedente é antes de tudo um fluxo. No regime capitalista, onde a lei fundamental é a da acumulação de capital o mais rápido possível, os fluxos de excedente só podem convergir para o lugar onde se encontram os mecanismos mais eficazes para sua multiplicação.

Ora, "parece incontestável que cada formação social é caracterizada pela forma que o excedente assume" (BETTELHEIM, 1961:104-154) e que "essa forma... determina o modo de utilização do excedente". No sistema capitalista, o excedente toma a forma de lucro. É por isso que ele não pode ser redistribuído. Para que ele se torne um fundo social, importantes mudanças econômicas e políticas se impõem. Uma vez que "o aspecto institucional do excedente está intimamente ligado às formas específicas de organização econômica" (TSURU 1961:120), quando falamos de organização econômica trata-se também de sistema político. Ambos implicam uma forma específica de organização do espaço, porquanto fornecem a estrutura dominante do sistema territorial.

Não se trata, pois, de um problema de realocação do

capital, como pretende a doutrina oficial da planificação regional. A eliminação daquilo a que chamamos dominação espacial não é concebível sem a utilização social do capital acumulado, quer dizer, do excedente gerado coletivamente. Isto pressupõe um crescimento voltado para o interior, como sugeriu R. Gendarme (1963:355), e não mais um crescimento exvertido; um crescimento horizontal (C. MATUS, 1970: 4-5) e não mais um crescimento vertical. Isto supõe também a liberação da lei do valor internacional, medida especulativa dos bens e dos homens transformados em mercadoria, e sua substituição por uma lei social do valor, medida humana dos bens e serviços tomados em seu valor de uso.

Aborda-se então o problema de uma nova política de demanda associada a uma nova política de produção. A demanda, isto é, o consumo efetivo, deve adaptar-se às necessidades reais da população nos limites do produto socialmente realizado. A produção deve organizar-se em função da demanda social assim redefinida. É necessário, para isso, que a sociedade global representada pelo Estado possa decidir as formas de utilização do excedente.

A questão da apropriação e da utilização do excedente não admite senão uma solução. A da propriedade dos estoques, isto é, dos meios de produção, dá lugar a um debate entre aqueles que imaginam que esses meios devam ser transferidos de uma só vez à sociedade, como Tsuru (1961:221) e Sweezy (1961:91), e outros autores marxistas, para os quais a propriedade privada é uma questão secundária, pelo menos numa primeira etapa. O problema da transição coloca-se aqui com todas as suas incógnitas. Os países que desejam transformar a necessidade em abundância, mediante uma política racional de redistribuição, não se podem livrar facilmente da herança capitalista no seu contexto nacional ou internacional.

Todavia, o problema em si não é objeto de atenção particular ao nível da análise; somente no momento da ação é que ele aparece como primordial. Entretanto, o modo pelo qual o espaço se organiza não é apenas o resultado de uma escolha política e econômica. Em consequência, torna-se ele um elemento fundamental da reprodução das relações econômicas e sociais, assim como da ideologia dominante e pode representar um obstáculo maior à mudança. A acumulação seletiva das infra-estruturas é um convite à concentração da atividade econômica: esta se beneficia de uma mão-de-obra barata que a presença do capital não para de atrair; a concentração das atividades facilita o controle do resto do país. Um regime político-econômico novo é herdeiro de taras. Só com seguirá eliminá-las se modificar o pano de fundo espacial de suas novas concepções referentes à ordem social.

Não esqueçamos, porém, que a questão da apropriação do excedente é primordial. Se o Estado não for capaz de fa-

zê-lo, continuará, como acontece atualmente na maioria dos países, tributário das grandes empresas para a organização do espaço e incapaz de impor uma alternativa à estrutura da economia e de fazer retornar à sociedade o resultado de seu trabalho coletivo.

#### UMA ÓTICA MARXISTA ?

Tratamos o tema da dominação econômica e social no espaço segundo uma ótica marxista ? Fomos fiéis ao título do artigo ? <sup>20</sup>

Alguns poderão tranquilizar-nos dizendo que o próprio Marx nunca se preocupou com o espaço. Outros, sob o pretexto de que o espaço é tão-sómente uma forma em transformação, simples reflexo da sociedade global, simplesmente nos remeterão ao estudo da sociedade segundo Marx. Mas, entre os que creem na possibilidade de uma teoria do espaço — e eles não formam uma legião —, alguns, como David Harvey (1973:32), não reconheceram o marxismo como o "único método capaz de unificar as disciplinas, de tal sorte que elas possam tratar conjuntamente certas questões como a urbanização, o desenvolvimento econômico e o meio ambiente".

Felizmente, D. Harvey fala de um "método" e não de uma "doutrina". Doutra modo ficaríamos embaraçados, uma vez que pusemos em questão, implícita e explicitamente, certas afirmações de Marx, notadamente sobre as relações cidade-campo, que não são válidas para o período atual.

Lefebvre (1966:76, 1972, 1974), um dos que se aventuraram a estudar o espaço numa ótica marxista, coloca-nos em guarda contra toda sorte de dogmas: "É verdade", escreve ele, "que nós pensamos, aqui como noutra lugar, que os conceitos elaborados por Marx são necessários e insuficientes para se compreender a realidade humana um século mais tarde".

É utilizando a noção do tempo histórico, fundamental no método marxista, que compreendemos por que algumas das interpretações de Marx se tornaram insuficientes; o método, portanto, permanece necessário. Deve-se, contudo, evitar os "yuck-umens" da miopia temporal contra a qual Moore (1965:15) colocou em guarda os especialistas das ciências sociais.

Para tal, cumpre poder definir a realidade e o presente. Isto não é fácil, pois, com a aceleração da história, realidade e movimento se confundem na mesma medida de tempo e desafiam nossas capacidades de percepção. A multiplicidade das variáveis combinam-se em sucessão rápida, prestando-se a interpretações variadas. Todavia, certo número de dados impõe-se de modo suficientemente claro e geral para que se

possa tomá-los como base objetiva de interpretação. Trata-se de qualquer modo de "procurar a verdade a partir dos fatos", segundo a expressão de Mao-Tse-Tung.

Tais fatos, universalmente reconhecidos em nosso tempo, são os seguintes: uma necessidade crescente de acumulação de capital, acompanhada de sua concentração e da necessidade de uma circulação em escala mundial; comando da produção e do consumo pelas firmas multinacionais, isto em escala internacional, por intermédio do monopólio da pesquisa e de uma publicidade todo-poderosa. Essas novas condições, surgidas após a Segunda Guerra Mundial, tornam caduco todo estudo que, pretendendo basear-se em Marx, procurasse reinterpretar suas idéias sem levar em conta a renovação das categorias históricas.

Assim, partimos do tempo real para apreender na sua praxis o espaço conforme ele se apresenta ao mesmo tempo, realidade e processo.

Para empregar as palavras de Sartre, não existe homem sem projeto (1959, 1963). Infelizmente, muitos geógrafos se contentam com descrever, e a maioria das teorias espaciais são estáticas e fazem com muita facilidade abstração do homem. Contribuem, assim para imobilizar o mundo, ao invés de transformá-lo.

NOTAS

- 1 "O prático-inerte é mais que a simples matéria, ainda que o meio ambiente material dele faça parte. Compreen- de tudo o que dá ao homem a experiência do finito." (H. E. Barnes, 1963:XVI-XVII)
- 2 O homem, doravante, está "diretamente ligado à história do mundo" (MARX e ENGELS, The German Ideology, 1947:26).
- 3 Sem dúvida, "cada setor da atividade humana comporta re- lações de poder" que são também "relações assimétricas" (NAVARRO DE BRITTO, 1973:9). Mas a relação de dependên- cia sugere que "a existência de uma parte é condiciona- da por outra parte" (A. ANGRYAL, 1961).
- 4 Na África do Leste, as diferentes regiões eram relativa- mente auto-suficientes. A colonização mudou fundamen- talmente a estruturação do espaço. Sob a colonização ale- mã, a Tanganica via já desenvolver-se a cultura do café na região onde viviam os Usambaras, então deslocados pa- ra as zonas pobres; existiam plantações de sisal em Tan- ga e Morogoro-Kilosa, de café e de trigo nas regiões de Kilimandjaro e Meru. O algodão era plantado no delta do Kufiji e na zona de Morogoro-Kilosa. Algumas destas zo- nas continuavam a produzir alimentos para comercializa- ção. Certas áreas tornaram-se reservatórios de mão-de-o- bra (Songea, Nyamwezi, Uhimbu, Kigoma, etc.). Esse mode- lo de ocupação da terra e de organização do espaço aceñ- tuou-se com a presença britânica. Novas zonas (Njombe, Ufipa, Biharamuto, etc.) foram esvaziadas de parte de seus habitantes, através de medidas coercitivas, atraí- dos a ir vender seu trabalho nas zonas de agricultura co- mercial. Ao mesmo tempo, outras zonas adjacentes às plan- tations são consagradas à produção de alimentos (como Usambaa e Muhesa, perto de Tanga; Usarama, Rufiji e Uluguçu, perto de Dar-es-Salaam; Uluguru, Ulanga e Bonde para Morogoro-Kilosa).
- 5 O Estado empregava assim uma parte da população, vítima da seca, na construção de estradas, que deveriam ser- vir posteriormente para encaminhar os socorros em água e alimentos no caso de uma nova desgraça.
- 6 Em Cuba, a porcentagem das estradas melhoradas e de ter- ra progrediu sensivelmente em relação às estradas asfal- tadas depois de 1959. Antigamente, as ligações rodoviá- rias se faziam sobretudo entre as cidades importantes e a serviço das grandes propriedades. O governo revolucio- nário decidiu favorecer os pequenos e médios proprietá- rios, através da construção de estradas de penetração. Em 1959, estradas pavimentadas: 5895; pedra e terra : 4208; total: 10.104; 1959-1968: estradas pavimentadas, 1537; pedra e terra, 3938; total 5475. (Fonte: Cuba 1968,

- . 119 e 165, UCLA, Centro Latino-Americano, 1970)
- 7 Ver sobre esse tema E. Strauss, 1973:4-5.
- 8 A coincidência entre a colheita de cacau e a colheita a- limentar na região de Bouaké (Costa do Marfim) faz au- mentar os preços dos alimentos nas zonas agrícolas e ur- banas (LECHAU, 1966).
- 9 Ao que sabemos, B. Kayser foi o primeiro geógrafo a tra- tar sistematicamente desse problema, escrevendo sobre "as novas relações cidade-campo" na Europa (1973 a e b) e na América Latina (1973 c).
- 10 Segundo W. Stohr (1971:24), "os desequilíbrios inter-re- gionais são o resultado cumulativo dos desequilíbrios in- terurbanos e dos desequilíbrios cidade-campo". A nossô- ver, a especialização regional acentua os /desequilíbri- os" interurbanos no plano nacional, e rural-urbano no plano regional.
- 11 Em Pre-capitalist socio-economic formation (1964), Marx explica o impulso urbano no período de transição do feu- dalismo para o capitalismo.
- 12 A obra clássica sobre a troca desigual à escala interna- cional é a de A. Emmanuel (1969). A idéia de troca desi- gual aplicada a um contexto nacional já havia sido evo- cada em 1933 por E.A.G. Robinson. Richard Pfister, em 1961, fez dos termos de troca um instrumento de análise regional. Para estudos empíricos, ver C.E. Young (1971, F.M.J. Maimbo e J. Fry 1971.)
- 13 A noção de income diferencial, introduzida principalm- te por M.Todaro (1969-1971-1973) para explicar as mi- grações rurais-urbanas, merece assim ser revista.
- 14 A idéia de dualismo geográfico é uma extensão no espaço da noção de dualismo social e econômico introduzida por Boeke (1953) a respeito da Indonésia, e por A. Lewis, a partir de seus estudos sobre a África. Benjamin Higgins (1956-1967) associa dualismo tecnológico e dualismo re- gional, sendo este último o resultado inevitável do crescimento, como diria mais tarde J.C. Perrin (1971:48), W. Stohr (1971), entre outros, fala de um dualismo cida- de-campo. A idéia de dualismo interurbano de E.Ulmann (1960:30), retomada por N.R. Kar (1962:206-207) foi re- centemente desenvolvida por E.A. Johnson (1970:83), que calculou as village-town ratio nos Estados Unidos, na Índia e no Iêmen.
- 15 "The greatest division of material and mental labour is the separation of town and country. (MARX e ENGELS, 1947: 43)

- 16 "Existe a urbanização dependente quando a cidade drena o excedente agrícola e mineira para evitá-lo aos grandes centros metropolitanos." (D. HARVEY, 1973:232)
- 17 R.C. Estall (1972:193) constata com razão que os movimentos de capital no interior de um país foram pouco estudados, ao contrário dos fluxos internacionais de capital. Segundo ele, "a alerta e o custo do capital tem um papel evidente no arranjo espacial da atividade produtiva"
- 18 As plantações sendo propriedades estrangeiras, a poupança e o potencial de investimento foram confiscados sob a forma de pagamento de juros aos banqueiros metropolitanos e de dividendos aos acionistas, enquanto o capital restante no lugar serviria à expansão da mesma atividade de exportação antes que à diversificação das atividades agrícolas... Como resultado, havia nessas zonas uma forte contradição entre o valor relativamente elevado da produção, de um lado, e a pobreza da população, de outro." (D. SLATER, 1974:22).
- 19 Desenvolvemos este tema em: Milton Santos, 1975, a e b
- 20 O título original em francês é: Espace et domination : une approche marxiste.

\* \* \*

#### REFERÊNCIAS

- AMIN, Samir, 1973. *L'échange Inégal et la Loi de la Valeur, la Fin d'un Débat.* With a contribution by Jagdish C. Saigal. Paris, Editions Anthropos, IDEP.
- ANGRAYAI, A. 1961, A logic of Systems. *Foundations for a Science of Personality*, Cambridge, Mass, Harvard, University Press, Also in: F.E. Emery (ed), *Systems Thinking*, p. 243-61.
- BARNES, Ilazel E. 1963. "Introduction", in: J.P. Sartre, *The Problem of Method*, p. i.xxx. London, Methuen & Co.
- BETTELHEIM, Charles. 1961. Commentaires sur "Reflections on Capitalism" de Shegeto Tsuru. In: S. Tsuru (ed.), *Has Capitalism Changed?*, p. 93-109. Tokyo, Iwanami Shoten Publishers.
- \_\_\_\_\_, 1970. Sur la Persistance des Rapports Marchands dans les "Pays Socialistes". *Temps Modernes*, March, p. 1417 - 45.

- BOEKE, J. H. 1953. *Economies and Economic Policy of Dual Societies*, New York, N - Y, Institute of Pacific Relations.
- BOUDEVILLE, Jacques. 1964. *Les Espaces Économiques*. 2 nd ed. Paris, Presses Universitaires de France (1st Edition published, 1961).
- BUCHANAN, Ian . 1972. *Singapore in South West Asia*, London, Bell & Sons.
- CALABI, Donatella; Indovina, Francesco. 1973. Sull'uso Capitalistico del Territorio. *Archivio di Studi Urbani e Regionali*. (Franco Angeli Editore), Nº 2.
- DAVIES, Bleddyn, 1968. *Social Needs and Resources in Local Services*. London.
- EMMANUEL, A., 1969. *L'Échange Inégal*. Paris. François Maspero.
- ESTALL, R.C. 1972. Some Observations on the Internal Mobility of Investment Capital. *Area*. Vol. 4, nº 3, p. 193-8.
- FRIEDMANN, John. 1963. Regional Economic Policy for Developing Areas. *Papers and Proceedings, The Regional Science Association*. V. 11.
- GENDARME, René, 1963. *La Pauvreté des Nations*. Paris, Editions Cujas.
- GRANOU, André. 1973. La Nouvelle Crise du Capitalisme (I) , *Les Temps Modernes*, 29 th year, nº 328, November, p. 808-31.
- GUNDER FRANK, A. 1968. *Le Développement du Sous Développement* Paris, Maspero.
- HARVEY, David. 1973. *Urban Systems and Social Justice*. London, Arnold.
- HIGGINS, Benjamin, 1956. The "Dualistic Theory" of Underdeveloped Areas. *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 4, nº 2. January, p. 99-115.
- \_\_\_\_\_, 1967. Urbanizations, Industrialization and Economic Development. In: Glenn H. Beyer, *The Urban Explosion in Latin America*, p. 141-52. Ithaca, N.Y., Cornell University.
- HOBSBAMM, E.J. 1964. "Introduction", in: Karl Marx, *Pre-Capitalist Economic Formations*, p. 9-65. London, Lawrence & Wishart.

- JOHNSON, E.A. 1970. *The Organization of space in Developing Countries*. Cambridge, Mass, Harvard University Press.
- KAR, N.R., 1962. *Urban Hierarchy and Central Functions around Calcutta in Lower West Bengal, India, and their Significance*, p. 253-74. (Lund Studies in Geography, Series B, n° 24.)
- KAYSER, Bernard, 1973 a. *Le Nouveau Système des Relations Ville Campagnes. Spaces et Sociétés*, n° 8, February.
- \_\_\_\_\_, 1973 b. *Les Nouvelles Fonctions de l'Espace Rural. Peuple et Culture, Revue d'Éducation Populaire*.
- \_\_\_\_\_, 1973 c. *El Nuevo Sistema de Relaciones Ciudad-Campo. Revista de Planificación*. (Santiago), n° 8.
- LECHAU, M. 1966. *Problèmes Économiques du Commerce Régional, Région de Bonaké, République de Côte-d'Ivoire*. ORSTOM, *Bulletin de Liaison, Sciences Humaines*, n° 3. January.
- LEFÈVRE, Henri, 1966. *Sociologie de Marx*. Paris, Presses universitaires de France. (Published in English under the title *The Sociology of Marx*. London, 1966).
- \_\_\_\_\_, 1972. *La Pensée Marxiste et la Ville*. Paris. Casterman
- \_\_\_\_\_, 1974. *La Production de l'Espace*, Paris. Éditions Anthropos.
- LEWIS, Arthur, 1954. *Economic Development with Unlimited Supplies of Labour*. *Manchester School of Economics and Social Studies*, vol. XXII, May, p. 139-51.
- McGEE, T.G., 1973. *Peasants in the Cities: A paradox, A paradox, A Most Ingenious Paradox. Human Organisation*. vol. 32, n° 2, Summer, p. 135-49.
- \_\_\_\_\_, 1974. *The Persistence of the Proto-Proletariat: Occupational Structures and Planning of the Future World Cities*. Australian National University, Research School of Pacific Studies, Department of Human Geography, April. 60 p. bibliog. (Mimeo).
- MAIMBO, Fabian J.M.; Fry James, 1971. *An investigation into the Change in the Terms of Trade between the Rural and Urban Sectors of Zambia*. *African Social Research*, n° 12 December, p. 92-110.
- MAO-TSE-TUNG. 1941. *Reform our Study. Selected Works*, Vol. III, May, p. 22-3.

- MARX, Karl. 1963. *The Poverty of Philosophy*, New York. N.Y. International Publishers Editions.
- \_\_\_\_\_, 1964. *Pre-Capitalist Socio-economic Formations*. London Lawrence and Wishart. (Manuscript from 1857-58).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, 1947. *The German Ideology*, Parts I and III, New York, N.Y., International Publishers, (Latest edition: 1967).
- MATUS, Carlos. 1970. *El Desarrollo Interior de America Latina: Tesis Fantásica o Interrogante Fundamental? Dos Polemicas sobre el Desarrollo de America Latina*, p. 4-5. Santiago de Chile, ILPES.
- MAZA ZAVALA, D. 1974. *Explosion Demografica y Crecimiento Economico, una Relacion Critica*. 2 nd. ed. Caracas. Universidad Central de Venezuela.
- MISHAN, Ezra J. 1967. *The Costs Economic Growth*. New York, N.Y., Praeger (Paperback edition published by Pelican Books, 1969, and 1971.)
- MOORE, Wilbert E. 1965. *The Impact of Industrialisation*. Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall Inc.
- MURPHEY; Rhoads, 1972. *City and Countryside as Ideological Issues. Comparative Studies in Society and History, an International Quarterly*, Vol. 14, n° 3. June (Published by Cambridge University Press).
- NAVARRO DE BRITTO, Luiz. 1973. *Politique et Espace Régional*, Paris, Éditions Ophrys.
- OLIECH, K.C. 1974. *Space Production in Tanganyika in the Inter-War Period*. (M.A. Course Paper, Department of Geography, University of Dar es Salaam.)
- PALLOIX, Christian. 1971. *L'Economie Mondiale Capitaliste. Tome II: Le Stade Monopoliste et L'Impérialisme*, Paris, Maspéro.
- PERRIN, J.C. 1971. *Urbanization et Développement à Base Régionale. Revue Tiers Monde*, Vol. XII, n° 45, January-March, p. 48-72.
- PFISTER, Richard L. 1961. *The Terms of Trade as a Tool of Regional Analysis. Journal of Regional Science*. Vol. 3 n° 2, p. 57-66.
- ROBINSON, E. A. G. 1933. *The Economic Problem*, In: J. Merle Davis (ed.), *Modern Industry and the African*, p. 131-224. London, Macmillan.

- ROBINSON, Joan. 1971. *Introduction of the Theory of Employment*. Macmillan St Martin's Press. (First edition, 1937.)
- SANTOS, Milton. 1975 a. *The Shared Space: The Two Circuits of Urban Economy in Underdeveloped Countries and their Spatial Repercussions*. London, Methuen.
- \_\_\_\_\_. 1975 b. *L'Espace Partagé: les Deux Circuits de L'Économie Urbaine en Pays Sous-développés et leurs Répercussions Spatiales*. Paris, Éditions M. Th. Genin.
- \_\_\_\_\_. 1975 c. The Periphery in the Pole, the Case of Lima, Peru. In: Harold Rose and Gary Gappert (eds.), *The Social Economy of Cities*. Vol. IX: *Urban Affairs Annual Reviews*. Beverly Hills, Calif, Sage Publications.
- SARTRE, J.P. 1963. *The Problem of Method*. London, Methuen & Co.
- SCHUMPETER, J. 1943. Capitalism in the Post-war World. In: S. E. Harris (ed.), *Postwar Economic Problems*.
- SHAW, R. d'A. 1973. Strategies for Employment Creation in Agriculture. In: Karl Wolmuth (ed.), *Employment Creation in Developing Societies. The Situation of Labor in Developing Societies. The Situation of Labor in Dependent Economies*. New York. N.Y. Praeger.
- SLATER, David, 1974. *Colonialism and the Spatial Structure of Underdevelopment. Outlines of an Alternative Approach with Special Reference to Tanzania*. University of Dar es Salaam. 37 p., bibliog. (Mimeo).
- STOHR, Walter. 1971. *Regional Planning as a Necessary Tool for the Comprehensive Development of a country (with special reference to developing countries)*. (Papers published at the United Nations Inter-Regional Symposium on Training of Planners for Comprehensive Regional Development, held in Warsaw, 14-28 June 1971).
- STRAUSS, Estevan. *El Proceso de Urbanización y las Migraciones Internas: un Enfoque desde el Ángulo de los Recursos Naturales*. Santiago, ILPES. 13 p. (Mimeo).
- SWEETZ, Paul. 1961. Has Capitalism Changed? In: S. Tsuru, *Has Capitalism Changed?* p. 83-91. Tokyo. Iwanami Shoten Publishers.
- TODARO, 1969. A Model of Labour Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries. *American Economic Review*, Vol. LIX, March, p. 139-48.

- \_\_\_\_\_. 1973. Income Expectations, Rural-Urban Migration and Employment in Africa. In: ILO, *Employment in Africa, Some Critical Issues*, p. 43-69, Geneva, ILO. Also in: *International Labour Review*, Vol. 104, n° 51, 1971.
- TSURU, S. (ed.), 1961. *Has Capitalism Changed?* Tokyo, Iwanami Shoten Publishers.
- ULLMANN, Edward L. 1960. Geographic Theory and Underdeveloped Areas. In: Norton Ginsburg (ed.), *Essays on Geography and Economic Development*, p. 26-32. Chicago, III., University of Chicago, Department of Geography. (Research Paper n° 62.)
- UNIVERSITY OF CALIFORNIA AT LOS ANGELES. LATIN AMERICAN CENTRE. 1970. *Cuba 1968*.
- YOUNG, C. E. 1971. Rural-Urban Terms of Trade. *African Social Research*, n° 12 December, p. 91-4.